



ANEXO XVII – MATRIZ DE RISCO DO PROJETO

I – INTRODUÇÃO

A repartição dos riscos inseridos em uma concessão traz consequências importantes na determinação das propostas (já que cada participante do processo licitatório levará em conta os riscos envolvidos na concessão), mas interfere principalmente no modo como se dará a execução do contrato, pois a alocação de riscos determina as obrigações que serão atribuídas a cada parte.

A elaboração da matriz de riscos serve, portanto, à organização sistêmica dos riscos próprios da concessão, sendo um instrumento balizador não apenas da alocação desses riscos entre as partes envolvidas, mas, também, um meio hábil de se prever o impacto da ocorrência desses riscos, bem como de estipular mecanismos de mitigação.

Os riscos abordados na matriz foram agrupados de acordo com as seguintes grandes categorias:

1. Riscos da Licitação
2. Riscos da Implantação
3. Riscos da Operação
4. Riscos Econômico-financeiros
5. Riscos Ambientais e Sociais
6. Riscos Institucionais

Pelo método adotado, baseado em matrizes de risco indicadas pela literatura especializada, utilizou-se a expressão alocação como sinônimo de divisão de responsabilidades, ou seja, a alocação do risco revela ao mesmo tempo se o contrato transferiu a responsabilidade sobre o risco, se dividiu a responsabilidade sobre o risco, se estabeleceu medidas acautelatórias ou medidas mitigatórias. A coluna alocação/mitigação refere-se, portanto, ao tratamento que os estudos técnicos e jurídicos indicaram para o risco.

I – RISCOS DE LICITAÇÃO				
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
I.1	Licitação deserta	1. Condições restritivas de participação 2. Agressividade e na transferência de riscos	1. CONCEDENTE 2. CONCEDENTE	1. Condições de participação abertas: Possibilidade de formação de consórcios de licitantes. Atestação de experiência em empreendimentos semelhantes. Atestados de operação estritamente voltados às atividades de maior relevância. Possibilidade de participação de empresas estrangeiras em parceria com brasileiras. 2. Divisão razoável dos riscos, com preservação do equilíbrio econômico da concessão em casos cujo fator de risco não pode ser gerenciado pela concessionária (ex. força maior, circunstâncias imprevisíveis, entre outras).
I.2	Seleção de propostas aventureiras e inexecutáveis	1. Seleção baseada em propostas técnicas ou comerciais irrealistas.	1. CONCEDENTE	1.1. Obrigação de atestação técnica e econômico-financeira pelos licitantes. 1.2. Exigência de documentação de habilitação como primeira etapa do processo seletivo, atestando a experiência da licitante na prestação de serviços com características similares. 1.3. Pontuação de Proposta técnica com parâmetros objetivos de julgamento; 1.4. Apresentação de proposta econômica acompanhada de plano de negócios; 1.5. Previsão no edital de que a licitante é responsável pela proposta comercial que apresentar. 1.6. Exigência de <i>bid bond</i> para o caso de negativa de assinatura do contrato.
I.3	Risco de paralisação do certame por decisão judicial ou do TCE/SP.	1. Exigências de habilitação excessivamente restritivas. 2. Subjetividade no julgamento. 3. Ausência de	1. CONCEDENTE 2. CONCEDENTE 3. CONCEDENTE	1. Exigências de habilitação adstritas às já utilizadas e aprovadas anteriormente pelo TCE/SP ou pelo TCU (ex. atestados com exigência de experiência limitada a 50% do objeto licitado). 2. Julgamento objetivo com base em anexos referenciais de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA COMERCIAL, com detalhamento da pontuação e dos critérios de julgamento e pesos atribuídos às notas. 3. Solicitação de estudos prévios via PMI, disponibilização dos estudos do vencedor da PMI a todos interessados. Realização de consulta pública e visita técnica pelas

		estudos prévios adequados.		licitantes para análise dos estudos e documentos, além de visitas técnicas <i>in loco</i> .
II – RISCOS DE IMPLANTAÇÃO				
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCUÇÃO	MITIGAÇÃO
II. 1	Erros de projeto	1. Erros nos elementos de projeto básico 2. Erros no projeto executivo 3. Mudanças de projeto ou nas especificações das obrigações ou serviços solicitados pelo Poder Concedente	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA 3. CONCEDENTE	1. Edital apresenta elementos de projeto básico e delega ao Concessionário a responsabilidade pelos projetos. 2. Concessionário responde pelo projeto executivo, mas Poder Concedente aprova sua conformidade com os elementos divulgados. Aprovação do Poder Concedente não afasta a responsabilidade do Concessionário pela qualidade da infraestrutura implantada. Previsão contratual de cláusulas que regulamentem a transição da operação no término do contrato, inclusive assegurando a operacionalidade dos bens reversíveis. 3. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

II – RISCOS DE IMPLANTAÇÃO		
----------------------------	--	--

	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
II.2	Acidentes, danos ou transtornos a terceiros, segurança.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falha humana, inadequação de equipamentos ou técnicas utilizadas. 2. Danos a imóveis lindeiros às obras. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionário conserva a responsabilidade integral por falhas de seu pessoal, pela adequação de técnicas e equipamentos. Concessionária se responsabiliza pela implantação de políticas de segurança no local de trabalho, bem como pela observância às normas ambientais e de segurança. Poder Concedente fiscaliza, sem que a fiscalização reduza a responsabilidade do Concessionário. Contrato relaciona seguros obrigatórios para a mitigação do risco. A responsabilidade pela segurança da obra, inclusive no que se refere a roubos ou furtos no canteiro de obras, é da Concessionária. 2. Risco alocado à CONCESSIONÁRIA. Exigência de contratação de seguro de responsabilidade de civil.
II.3	Custo de execução do projeto.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ineficiência do construtor. 2. Superveniência de fatos imprevisíveis. 3. Impactos regulatórios (ex. horários de execução, restrições urbanísticas, restrições ambientais, atraso na obtenção de licenças). 4. Impactos tributários (ex. alterações legais, risco da modelagem tributária). 5. Disponibilização dos terrenos e infraestrutura. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCEDENTE 3. CONCEDENTE 4. CONCEDENTE 5. CONCEDENTE 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionário responde pela sua ineficiência. Apresentação de cronograma de implantação pela Concessionária respeitando os prazos e metas previstos no Termo de Referência dos serviços. 2. Fatos imprevisíveis, eventos alheios à vontade das Partes, inevitáveis e irresistíveis, que afetem a execução contratual, são excludentes de responsabilidade da Concessionária e deverão ser considerados como fatores impeditivos de redução do valor da tarifa, exceto se puderem ser objeto de seguros. 3. Concessionária deve responder e prever o impacto econômico das restrições previamente conhecidas. Poder Concedente responde pelas restrições não conhecidas ou editadas supervenientemente. 4. Poder Concedente responde pelas alterações

				<p>supervenientes (exceto tributos incidentes sobre a renda).</p> <p>5. Poder Concedente deve declarar de utilidade pública e disponibilizar a área onde deverão ser implantadas os SISTEMAS, bem como de todos os demais bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis, mediante reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão.</p>
II. 4	Atraso na implantação.	<p>1. Atraso no cronograma de investimentos.</p> <p>2. Discussões sobre reequilíbrio em função de variação quantitativa e qualitativa dos unitários previstos no projeto básico</p> <p>3. Atraso nos procedimentos executórios de desapropriação e desocupação dos terrenos.</p>	<p>1. CONCESSIONÁRIA</p> <p>2. CONCESSIONÁRIA</p> <p>3. CONCEDENTE / CONCESSIONÁRIA</p>	<p>1. Adoção de modelo calcado na Lei 8.987/95, que vincula o cumprimento de metas e indicadores de desempenho ao cumprimento do cronograma de implantação. O atraso no cronograma de investimentos redundará em redução de receitas em decorrência do não fornecimento de águas, além de sanções administrativas.</p> <p>2. Concessionária assume a responsabilidade pelas variações quantitativas e qualitativas dos unitários decorrentes do projeto executivo. Edital prevê que os licitantes têm pleno conhecimento do edital e condições do local de implantação do projeto. Exigência de garantia da execução do contrato.</p> <p>3. Poder Concedente deve declarar de utilidade pública e disponibilizar a área onde deverá ser implantada a infraestrutura de captação, bem como de todos os demais bens necessários à execução</p>

				do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes à concessionária, caso em que será desta a responsabilidade pelas indenizações cabíveis, mediante reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão.
II.5	Atraso na implantação (cont.)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Erros na implantação e na operação dos sistemas. 2. Força maior, caso fortuito e fato do príncipe. 3. Atraso no licenciamento ambiental e na emissão de alvarás e autorizações relativas à implantação do empreendimento. 4. Limitações para a realização das obras (mobilização de equipamentos, horário de operação, limites de ruídos). 5. Indefinições institucionais que comprometam a assunção das obrigações 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCEDENTE 3. CONCEDENTE 4. CONCEDENTE / CONCESSIONÁRIA 5. CONCEDENTE 6. CONCEDENTE 7. CONCESSIONÁRIA 8. CONCEDENTE 9. CONCEDENTE 10. CONCESSIONÁRIA 11. CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionária é responsável pela implantação e pela operação da infraestrutura necessária à prestação dos SERVIÇOS, conforme definida no edital. 2. Poder Concedente conserva responsabilidade pelos eventos de força maior, caso fortuito e fato do príncipe, quando as consequências não puderem ser cobertas por seguros ou quando ultrapassarem o valor segurado pelo Concessionário, evitando o rompimento do contrato por este motivo. 3. A Concessionária deverá obter, com o apoio dos melhores esforços do Poder Concedente, todas as licenças que se fizerem necessárias, com exceção de todas as licenças prévias ambientais necessárias. Penalidades e multas se o atraso na obtenção de licenças e autorizações se der por motivos imputáveis à Concessionária. Reequilíbrio em favor da Concessionária caso os atrasos não sejam a ela imputáveis. 4. Concessionária responde pelas existentes durante as obras, Poder Concedente pelas supervenientes.

	<p>e dificultem o início da implantação.</p> <p>6. Interferência e alterações solicitadas pelo Poder Concedente.</p> <p>7. Atrasos decorrentes de descumprimento das obrigações pelo Concessionário.</p> <p>8. Atrasos ou inviabilidade de ampliação do SISTEMA em razão da descoberta de sítios arqueológicos em quaisquer dos locais previstos para a implantação das novas instalações de captação e adução de água bruta, excetuado o caso de alteração do local de implantação por proposta da Concessionária.</p> <p>9. Atrasos ou inviabilização da implementação do objeto do Contrato quando resultante da necessidade de remoções ou relocalizações de cabos, canalizações e/ou</p>		<p>5. Ver abaixo: item V – Riscos Institucionais.</p> <p>6. Mecanismos contratuais de limitação da interferência do Poder Concedente, com previsão de recomposição para neutralizar os efeitos das alterações eventualmente impostas.</p> <p>7. Previsão de penalidades e multas pelos atrasos que decorram de ação ou omissão da Concessionária no descumprimento de suas obrigações contratuais. <i>Performance bond</i>.</p> <p>8. Reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação de prazos das obras.</p> <p>9. Reequilíbrio econômico-financeiro e repactuação de prazos das obras, caso as interferências não tenham sido informadas pelo Poder Concedente. As interferências informadas pelo Poder Concedente são de responsabilidade da Concessionária.</p> <p>10. Previsão no Contrato de que os subcontratados devem possuir plena capacidade de atenderem adequadamente a todas as exigências contratuais. Penalidades e multas por descumprimentos contratuais.</p> <p>11. Obrigação da Concessionária de manter a posse das áreas efetivamente entregues pelo Poder Concedente, livres e desembaraçadas e em condições para o início das obras. Penalidades e multas para o caso de descumprimento do cronograma.</p>
--	---	--	---

		<p>outras instalações subterrâneas de prestadores de serviços públicos ou de serviços de interesse da coletividade.</p> <p>10. Falência ou falha no desempenho dos subcontratados e fornecedores.</p> <p>11. Atraso no início das obras em decorrência de invasão de terrenos desocupados.</p>		
III – RISCOS NA FASE DE OPERAÇÃO				
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCAÇÃO	MITIGAÇÃO

III.1	Atraso no início da operação	<p>1. Atraso no licenciamento ambiental e na obtenção de autorizações necessárias.</p> <p>2. Suspensão da implantação em virtude de ato do Poder Concedente ou de terceiros.</p> <p>3. Impossibilidade ou dificuldade da Concessionária em acessar os sistemas a serem transferidos pelo Poder Concedente.</p> <p>4. Não obtenção ou atraso na obtenção de autorizações e outorgas de direito de uso de recursos hídricos, em especial para captar águas subterrâneas.</p> <p>5. Aplicação de penalidades pelas autoridades públicas competentes decorrentes de utilização de recursos hídricos para captação de água acima do volume máximo permitido no ato de outorga.</p> <p>6. A partir do término dos investimentos iniciais da</p>	<p>1. CONCEDENTE/ CONCESSIONÁRIA</p> <p>2. CONCEDENTE</p> <p>3. CONCEDENTE</p> <p>4. CONCEDENTE</p> <p>5. CONCEDENTE</p> <p>6. CONCESSIONÁRIA</p>	<p>1. A Concessionária deverá obter, com o apoio dos melhores esforços do Poder Concedente, todas as licenças que se fizerem necessárias, com exceção de todas as licenças prévias ambientais necessárias, que serão de responsabilidade do Poder Concedente, bem como daquelas indicadas como de responsabilidade do Concedente. Penalidades e multas se o atraso na obtenção de licenças e autorizações se der por motivos imputáveis à Concessionária. Reequilíbrio em favor da Concessionária caso os atrasos não sejam a ela imputáveis.</p> <p>2. Excludente do cumprimento das obrigações da concessionária. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.</p> <p>3. Acesso e recebimento do SISTEMA AQUA PÉROLA é condição para a ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS após o PERÍODO DE TRANSIÇÃO.</p> <p>4. Exceto em relação a outorga(s) complementar(es) que se fizer(em) necessária(s) a partir do término dos investimentos iniciais da CONCESSÃO, que será(ão) de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.</p> <p>5. Exceto quando se referir(em) à outorga(s) complementar(es) de uso de recursos hídricos a partir do término dos investimentos iniciais da CONCESSÃO, que será(ão) de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, e desde que a CONCESSIONÁRIA deixe de cumprir as exigências pertinentes que lhe cabem no procedimento de autorização/outorga complementar, se for o caso.</p> <p>6. Exceto quando decorrente de fatos ou atos de responsabilidade do PODER CONCEDENTE e nas</p>
-------	------------------------------	---	---	---

III. 2	Insatisfação do usuário	1. Serviços de má qualidade. 2. Falta de investimentos para atendimento da demanda. 3. Reincidência em índices baixos de desempenho.	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA 3. CONCESSIONÁRIA	1. Remuneração atrelada ao desempenho, por meio da avaliação da qualidade da prestação dos serviços de fornecimento de água. 2. Concessionária é responsável pela prestação dos serviços públicos de fornecimento de água conforme definidos do Edital e no Contrato. 3. Penalidades, intervenção, caducidade.
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
III.3	Perecimento ou destruição dos bens da concessão	1. Baixa qualidade dos bens. 2. Conflitos multitudinários e eventos imprevisíveis. 3. Dever de atualidade tecnológica. 4. Quebra de instrumentos de medição.	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCEDENTE 3. CONCESSIONÁRIA / CONCEDENTE 4. CONCEDENTE	1. Concessionária conserva a responsabilidade integral pelos bens, devendo inventariá-los permanentemente, substituí-los ou repará-los. 2. Força maior: motiva o reequilíbrio do contrato, salvo quando configurada culpa da Concessionária ou quando possível a contratação de seguros para a mitigação dos danos. 3. Obrigação da Concessionária em assegurar a prestação dos serviços com atualidade, de modo a atender aos indicadores de desempenho. Eventual solicitação do Poder Concedente que envolva a incorporação de inovação tecnológica será hipótese de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão. Eventual alteração unilateral nos indicadores de desempenho que gere a necessidade de atualização tecnológica é hipótese de recomposição. 4. O medidor de vazão para apuração de metas quantitativas e qualitativas é de responsabilidade do CONCEDENTE.

III.4	Segurança dos bens e usuários	<ol style="list-style-type: none"> 1. Insegurança dos veículos e dos equipamentos operados pela Concessionária. 2. Falta de treinamento adequado do pessoal da Concessionária. 3. Furto, roubo ou danos causados nos bens sob guarda da Concessionária. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA 3. CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Responsabilidade conservada pela Concessionária. Contrato prevê seguros para a mitigação dos danos. 2. Responsabilidade conservada pela Concessionária. Penalidades em caso de descumprimento de obrigações contratuais e legais. 3. Responsabilidade conservada pela Concessionária. A Concessionária é responsável pela integridade dos bens afetos à CONCESSÃO e a reversão destes à CONCEDENTE na extinção da CONCESSÃO.
III.5	Intervenção por descumprimento do contrato	<ol style="list-style-type: none"> 1. Intervenção na concessão em razão de descumprimento de condições contratuais pelo Concessionário, gerando custos adicionais. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionário é obrigado a oferecer garantia de execução do contrato.
III.6	Demanda	<ol style="list-style-type: none"> 1. Variação da demanda 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCESSIONÁRIA / CONCEDENTE 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionária assume o risco de variação da demanda real verificada nos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, exceto se a demanda for aquém da demanda mínima mensal prevista no CONTRATO. Caso a demanda de fornecimento de água exija a realização de investimentos não previstos no CONTRATO e no TERMO DE REFERÊNCIA, novos investimentos poderão ser aprovados pelo PODER CONCEDENTE.
III.7	Passivos trabalhista e previdenciário	<ol style="list-style-type: none"> 1. Inadimplência em relação a obrigações trabalhistas ou previdenciárias 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCEDENTE/ CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Obrigação do CONCEDENTE manter indene a CONCESSIONÁRIA por obrigações trabalhistas anterior à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS. Obrigação da Concessionária de arcar com custos previdenciários e trabalhistas a partir da ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.
III.8	Fornecimento de energia e disponibilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Carência de energia suficiente para operação do Sistema. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCEDENTE 2. CONCESSIONÁRIA 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Concessionária se exime da medição dos indicadores de desempenho no período de sua ocorrência, bem como da aplicação de penalidades caso não tenha

	e das redes de telecomunicação	2. Queda no sistema de telecomunicações que impeçam o funcionamento do sistema de tecnologia da informação do Concessionário.		concorrido para a causa do evento. 2. Concessionária conserva o risco por interrupção e/ou intermitência dos sistemas de telecomunicações.
III.9	Caso Fortuito, Força maior ou Fato do Príncipe	1. Eventos imprevisos ou não-seguráveis que venham a prejudicar a implantação do empreendimento, ou que provoquem danos patrimoniais.	1. CONCEDENTE	1. Concessionária assume os riscos até o limite da cobertura do seguro. Eventuais impactos que superarem este valor serão assumidos pelo Poder Concedente sob a cláusula de Caso Fortuito, Força maior ou Fato do Príncipe.
III.10	Risco de interferência no SISTEMA por outros serviços	1. Eventos em que os SERVIÇOS sejam influenciados negativamente por interferência de outros serviços de saneamento básico do MUNICÍPIO.	1. CONCEDENTE	1. CONCEDENTE assume os riscos de interferências no SISTEMA.
III.11	Fornecimento de água fora dos padrões	1. Fornecimento de água fora dos padrões de qualidade no PONTO DE RECEPÇÃO. 2. Situações em que a qualidade de água fornecida aos USUÁRIOS não atenda aos padrões de potabilidade legalmente estabelecidos.	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCEDENTE.	1. Risco da CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO. 2. O CONCEDENTE assume os riscos decorrentes da qualidade da água fornecida aos USUÁRIOS.
III.12	Oferta	1. Produção de água abaixo dos volumes mínimos estabelecidos. 2. Paralisação do SISTEMA	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA	1. Risco da CONCESSIONÁRIA, salvo em caso de não atingimento de volumes mínimos devidos a causas hidro geológicas. 2. Risco da CONCESSIONÁRIA, exceto nos casos de paralisação previstas no CONTRATO ou EDITAL.

IV – RISCOS ECONÔMICO-FINANCEIROS				
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
IV.1	Falta de retorno econômico dos investimentos realizados	1. Variação cambial. 2. Má performance da Concessionária. 3. Imprevisões, álea econômica extraordinária. 4. Erros do plano de negócios apresentado pela Concessionária. 5. Inadimplência do Poder Concedente. 6. A fórmula de correção adotada pode ficar abaixo das variações dos custos operacionais e investimentos da Concessionária. 7. Aumento do custo de empréstimos e financiamentos assumidos pela Concessionária para realização de investimentos ou custeio das operações objeto da Concessão, em relação ao previsto no Plano de	1. CONCESSIONÁRIA 2. CONCESSIONÁRIA 3. CONCEDENTE 4. CONCESSIONÁRIA 5. CONCEDENTE 6. CONCESSIONÁRIA 7. CONCESSIONÁRIA 8. CONCESSIONÁRIA	1. Risco da Concessionária. 2. Risco da Concessionária 3. Poder Concedente responde pelos riscos não seguráveis. 4. Concessionária conserva os riscos pelo plano de negócios apresentado. 5. Multas e indenizações em favor da Concessionária previstas nas hipóteses de descumprimento das obrigações e de extinção antecipada do contrato. 6. Fórmula de reajuste e regras de cálculo e periodicidade previamente determinadas no contrato. 7. Risco da Concessionária, exceto se por álea econômica extraordinária. 8. Rico da Concessionária.

		<p>Negócios.</p> <p>8. Taxa de juros aumenta entre o término da licitação e o fechamento do financiamento da Concessionária, inviabilizando o preço do serviço estabelecido na proposta.</p>		
IV.2	Insolvência da Concessionária ou quebra do contrato pela Concessionária	<p>1. Falta de retorno econômico esperado, idem item anterior.</p> <p>2. Interrupção do contrato por decretação de falência da Concessionária.</p> <p>3. Mudança no controle da SPE resulta em redução de sua capacidade financeira</p>	<p>1. CONCESSIONÁRIA</p> <p>2. CONCESSIONÁRIA</p> <p>3. CONCESSIONÁRIA</p>	<p>1. Risco alocado à Concessionária. Repercussões para a continuidade da concessão mitigadas pela possibilidade de cessão dos direitos emergentes da concessão e de oneração das ações da SPE em favor dos financiadores, bem como previsão de assunção do controle da SPE pelos seus financiadores (<i>step-inrights</i>), intervenção na Concessionária pelo Poder Concedente. Caducidade e garantia de execução do contrato.</p> <p>2. Mecanismos de acompanhamento periódico da situação financeira da Concessionária pelo Poder Concedente. Procedimentos preventivos para intervenção na Concessionária antes de esta entrar em situação falimentar previstos no Contrato. Reversão dos bens reversíveis livres e desembaraçados de quaisquer ônus.</p> <p>3. Previsão no Contrato de obrigatoriedade de autorização do Poder Concedente para alterações de controle.</p>
IV.3	Gestão Comercial das tarifas	<p>1. Perda ou ineficiência de arrecadação tarifária.</p> <p>2. Bloqueio da Conta Pagamento ou insuficiência de</p>	<p>1. CONCEDENTE</p> <p>2. CONCEDENTE</p>	<p>1. Risco alocado ao CONCEDENTE, que deverá compensar financeiramente a CONCESSIONÁRIA em caso de arrecadação insuficiente para remunerar a CONCESSIONÁRIA. TARIFA fixada em patamar que assegure a sustentabilidade econômico-financeira dos SERVIÇOS delegados.</p>

		Arrecadação		2. Risco atribuído ao CONCEDENTE. TARIFA fixada em patamar que assegure a sustentabilidade econômico-financeira dos SERVIÇOS delegados.
IV.4	Prejuízos por fatores imprevisíveis seguráveis	1. Ocorrência de fatores imprevisíveis seguráveis	1. CONCESSIONÁRIA	1. Risco atribuído à CONCESSIONÁRIA.
IV.5	Financiamento	1. Não obtenção de financiamentos necessários para a Implantação.	1. CONCESSIONÁRIA	1. Risco atribuído à CONCESSIONÁRIA.

V – RISCOS AMBIENTAIS

	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
V.1	Ambiental	<ol style="list-style-type: none"> Ocorrência de processo de desestabilização do terreno, em razão de erosões, escorregamento, desagregação superficial, recalque, dentre outros, nos locais de obras. Destinação inadequada de materiais provenientes da obra. Criação de condicionantes ambientais não previstas quando da obtenção da licença ambiental prévia, com aumento dos custos operacionais. 	<ol style="list-style-type: none"> CONCESSIONÁRIA CONCESSIONÁRIA CONCEDENTE CONCEDENTE CONCEDENTE 	<ol style="list-style-type: none"> Obrigaçao de contratação, pela Concessionária, de plano de seguros, inclusive de Riscos de Engenharia. Exigência de garantia de execução do contrato. Obrigaçao da Concessionária de destinar adequadamente os resíduos gerados. Termo de Referência de obrigaçao de atendimento às condicionantes e normas exigidas pelos órgãos ambientais. Previsão no Contrato de que o Poder Concedente será o único responsável pelo passivo ambiental anterior ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS, devendo manter a Concessionária isenta de qualquer responsabilidade quando originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente a referida data. Responsabilidade do CONCEDENTE, com realização

		<p>4. Custos adicionais decorrentes da regularização de eventual passivo ambiental presente nas áreas, antes da celebração do contrato.</p> <p>5. Custos associados aos riscos hidro geológicos de não atingimento dos níveis de produção esperados da CONCESSIONÁRIA.</p>		de reequilíbrio econômico-financeiro caso a CONCESSIONÁRIA seja instada a realizar novos investimentos.
VI – RISCOS INSTITUCIONAIS				
	RISCO	FATO GERADOR	ALOCÇÃO	MITIGAÇÃO
VI.1	Político	<p>1. Encampação.</p> <p>2. Indefinição de competências entre os entes federativos e entre os órgãos e estruturas internas de cada um.</p> <p>3. Manipulação dos indicadores de desempenho.</p> <p>4. Exigências por parte do Poder Concedente de novos padrões de desempenho, relacionados a mudanças tecnológicas ou a adequações a padrões internacionais.</p>	<p>1. CONCEDENTE</p> <p>2. CONCEDENTE</p> <p>3. CONCEDENTE</p> <p>4. CONCEDENTE</p>	<p>1. Indenização prévia à Concessionária.</p> <p>2. Definição prévia das competências referentes à concessão.</p> <p>3. Entidade reguladora e comissão de mediação mitigam eventual parcialidade na avaliação de qualidade.</p> <p>4. Possibilidade de acordo entre Poder Concedente e Concessionária para rever os índices dos indicadores de desempenho, a fim de adequá-los às novas tecnologias ou necessidades dos serviços prestados. Reequilíbrio econômico-financeiro previsto no contrato de concessão caso a revisão dos parâmetros de desempenho gerem custos adicionais à Concessionária.</p>
VI.2	Judicial	<p>1. Lentidão e falhas na jurisdição.</p>	<p>1. CONCEDENTE/ CONCESSIONÁRIA</p>	<p>1. Arbitragem e sistema amigável de solução de controvérsias garantem às partes maior celeridade nas</p>

		2. Decisão judicial, arbitral ou administrativa que impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de cobrar a TARIFA ou de repassá-la aos USUÁRIOS do sistema operado pelo CONCEDENTE, ou ainda de reajustá-la de acordo com o estabelecido no CONTRATO.	2. CONCEDENTE	<p>decisões e maior especialização dos julgadores. Decisões do comitê de mediação são vinculantes até eventual superveniência de decisão arbitral.</p> <p>2. Risco do Concedente, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA houver dado causa a tal decisão. Previsão de arbitragem e sistema amigável de solução de controvérsias garantem às partes maior celeridade nas decisões e maior especialização dos julgadores. Decisões do comitê de mediação são vinculantes até eventual superveniência de decisão arbitral.</p>
VI.3	Regulatório, legislativo e contratual	<p>1. Alterações na regulação dos serviços concedidos ou na legislação de modo a afetar a prestação dos serviços.</p> <p>2. Existência de passivos contratuais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de qualquer outra natureza decorrentes de fatos anteriores à ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS.</p>	<p>1. CONCEDENTE</p> <p>2. CONCEDENTE</p>	<p>1. A alteração na regulação é causa de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.</p> <p>2. Responsabilidade do CONCEDENTE em relação aos respectivos serviços e sistemas, ainda que manifestados posteriormente à assunção dos serviços pela Concessionária.</p>